

A ausência familiar: uma realidade do mundo atual

Family absence: a problem in the contemporary world

Carla Dionísio Gonçalves, Universidade do Algarve, Portugal (cdionis@ualg.pt)

Ana Carolina Carmo, Universidade do Algarve, Portugal (a51813@ualg.pt)

Elena Nedyalkova, Universidade do Algarve, Portugal (a52532@ualg.pt)

Raquel Cavaco, Universidade do Algarve, Portugal (a51723@ualg.pt)

Resumo: O paradigma atual, no que concerne ao conceito de estabilidade familiar, tem-se modificado nas últimas décadas: atinge-se estabilidade financeira tardiamente; o nascimento dos filhos é, geralmente, adiado; e o tempo passado pelas crianças em instituições educativas tende a ser mais prolongado. Esta constatação conduziu a um forte interesse por perceber a influência de dois agentes essenciais na vida da(s) criança(s): a família e a instituição. Este estudo, de cariz qualitativo, teve o intuito de perceber se as famílias de crianças de uma instituição de cariz pré-escolar têm perceção do tempo que dedicavam, efetivamente, às crianças do seu agregado familiar e se a possível ausência familiar poderá ser recompensada através de bens materiais. Os resultados obtidos indicaram que as famílias têm consciência que a ausência familiar tem aumentado nos últimos tempos e, que, em média, consagram cerca de noventa minutos, por dia, às crianças, mas frequentemente, o tempo que permanecem com elas, nem sempre é representativo de uma envolvimento ativa entre família e crianças.

Palavras-Chave: ausência familiar, criança, educação de infância, família

Abstract: Regarding the concept of family stability, actual paradigm has changed in the last decades: the financial stability is reached belatedly; childbirth is usually postponed; and the time spent by children in educational institutions tends to be longer. This reality sparked a keen interest in understanding the influence of two essential factors in the child's life: family and institution. Based on a qualitative methodology, this study was intended to understand whether families of children in a kindergarten institution are aware of the time they actually devote to children in their household and whether the possible absence can be compensated through of material goods. The results indicated that families are aware that family absence has increased in recent times. Furthermore, on average, these families devote about ninety minutes a day to children, but often the time they spend with them is not always representative of an active involvement between family and children.

Keywords: absence of the family, child, family, kindergarten education

Introdução

A sociedade atual tem exigido, a quem dela faz parte, uma maior formação acadêmica, uma estabilidade financeira mais ambiciosa e, por consequência, uma estabilidade familiar mais tardia. A família, como estrutura social, fica condicionada às mudanças do paradigma da sociedade. Alarcão (2006) afirma que a reprodução humana é de plena responsabilidade da família. Contudo, nos dias de hoje, este compromisso é influenciado pela procura da estabilidade financeira considerada como a ideal. Seguindo este ponto de vista, o nascimento da(o) primeira(o) filha(o) tende a ser cada vez mais adiado e a experiência da maternidade e/ou paternidade é vivida de forma efêmera. A par desta realidade surge o ritmo acelerado das pessoas adultas e a redução do tempo livre que era direcionado para fortalecer os laços afetivos entre familiares. Assim, sabe-se que, hoje em dia, as crianças passam cada vez mais horas em instituições de educação formal e não formal, uma vez que, na sua maioria, os horários laborais das famílias não permitem maior tempo de qualidade passado com as crianças (Nídio, 2012).

A criança, como novo ser em construção, é influída pelo seu entorno. Tal como corroborado por Lopes da Silva, Marques, Mata e Rosa (2016, p.21) “o desenvolvimento humano constitui um processo dinâmico de relação com o meio, em que o indivíduo é influenciado, mas também influencia o meio em que vive”. Sendo a família a principal responsável pelo processo educativo da(s) criança(s), importa referir que esta deve ser participativa e ativa durante todo este ciclo. Contudo, pelo facto de as crianças passarem muito do seu tempo em instituições educativas, estas desempenham, também, um papel fundamental no desenvolvimento das mesmas (Strecht, 2019). As autoras Lopes da Silva et al. (2016, p.28) reforçam, também, a asserção deste autor ao referirem que “as relações e interações que se estabelecem entre os diferentes intervenientes do processo educativo são essenciais para o desenvolvimento desse processo”. No entanto, importa realçar que uma boa comunicação entre estes dois agentes é crucial para o desenvolvimento harmonioso da(s) criança(s).

O presente artigo partiu de um estudo, de cariz exploratório, motivado por preocupações atuais que re-

metem para o facto de as crianças em idade pré-escolar e escolar passarem pouco tempo de qualidade com as famílias. Neste sentido, este estudo tem como principais objetivos averiguar se as famílias têm consciência do tempo que passam, realmente, com as crianças, bem como indagar se existe ausência familiar e, em caso afirmativo, face a esse facto, se as famílias compensam os seus filhos com bens materiais .

Enquadramento teórico-concetual

Conceito de família

Numa época de profundas transformações sociais, culturais e de costumes, de alterações notáveis nas formas materiais de vida e de consequentes alterações de princípios, a família enquanto organismo social de base, não pode deixar de refletir estas transformações. Contrariamente às imprecisas afirmações sobre a presumida naturalidade do casamento e da família monogâmica, ela é uma instituição historicamente determinada e varia de país para país, refletindo as tradições dos povos. A família é, talvez, a mais antiga das instituições humanas; sempre existiu em formas e processos variados e evoluiu e adaptou-se às condições de vida dominantes num determinado tempo e lugar, sendo, deste modo, considerada o produto de uma determinada estrutura social (Giorgi, 1980). Embora exista uma permanente evolução da sociedade, o conceito de família é algo que vai permanecendo ao longo dos anos. Tal como afirma Nogueira (2017), quando se pensa no conceito de família, a memória de cada um remete para o local onde se nasceu e se cresceu, independentemente das mudanças que possam ter surgido nos últimos anos. Assim, pode afirmar-se que, é em família que se cresce, que se conhece o mundo e onde há a formação do indivíduo como pessoa. Deste modo, e de acordo com este autor, a família é encarada como “(...) um sistema social aberto, dinâmico, com objetivos e autorregulado” (Nogueira, 2017, p.4). Em suma, segundo Alarcão e Gaspar (2007, p. 90) “a família é geralmente considerada como um lugar privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação e, como tal, como um enquadramento relacional fundamental para o desenvolvimento do ser humano”.

Na terminologia sociológica, a família é considerada como o primeiro agente de socialização da(s) criança(s). Se se estabelecer uma analogia com uma árvore (tendo, por exemplo, como base, as representações das crianças) a família corresponde às raízes, essenciais para a evolução da(s) criança(s). São essas raízes que vão dar, ao Ser em construção, a estabilidade para crescer e se desenvolver. Neste sentido, a família é crucial para o desenvolvimento da(s) criança(s), apresentando, entre outras, duas funções essenciais: garantir a continuidade do ser humano e facilitar a articulação entre o indivíduo e a sociedade (Alarcão, 2006). No seguimento deste ponto de vista, e tal como asseverado por Pires (2014, p.3):

(...) Tanto no passado como no presente, a família tem ocupado um papel fundamental na organização das sociedades. É na família que a criança inicia a sua educação, é nela que encontra proteção, segurança, orientação para a vida, integração social, é na família que a criança adquire os seus traços mais característicos, afastando-se do domínio do determinismo biológico e adquirindo as marcas culturais que caracterizam a humanidade. Sem laços familiares fortes todo o processo da hominização fracassaria. Sem família a sociedade não sobreviveria.

Desenvolvimento da(s) criança(s)

A criança é um ser humano em constante desenvolvimento, que se espera ser harmonioso. Para isso, é necessário que existam relações e interações estabelecidas com o mundo que a rodeia. As figuras com quem estabelece relações mais próximas e as quais acarretam, com elas, o dever de “educuidar” - devem, para isso, preocuparem-se em criar ambientes onde a criança se possa desenvolver de uma forma holística. Entende-se “educuidar” não como uma junção de “educar e cuidar, mas sim como um novo conceito autónomo, adequado e insubstituível, para o desenvolvimento global e específico das crianças” (Baptista da Silva, 2018, p.32). Tal como afirmam Lopes da Silva et al. (2016, p.8), acredita-se na “(...) perspectiva de como as crianças se desenvolvem e aprendem, sendo de destacar, neste processo, a qualidade do clima relacional em que cuidar e educar estão intimamente interligados”. Deste modo, importa olhar a criança

holisticamente, como um ser que necessita de estímulos, de desafios, de compreensão, de respeito, de afeto, de segurança, entre outros elementos que sejam cruciais ao seu pleno crescimento e desenvolvimento.

O desenvolvimento das crianças é um processo de maturação que depende da interação destas com outras pessoas, o que resulta numa progressão ordenada de aptidões perceptivas, motoras, cognitivas, linguísticas, socioemocionais e autorreguladoras. Por conseguinte, a aquisição de aptidões ao longo da vida assenta nas capacidades fundamentais criadas na primeira infância (Daelmans et al., 2016). Segundo Avvisati, Besbas e Guyon (2010) e Ramey e Ramey (2010), estima-se que o tempo das crianças em família influencie o desenvolvimento cognitivo e social destas, o seu desempenho académico, o seu sucesso educacional e o seu sucesso socioeconómico, a longo prazo. Já em 1959, na Declaração Universal dos Direitos da(s) criança(s) (Organização das Nações Unidas [ONU], 1959), se defendia que a criança necessita de crescer num ambiente familiar repleto de amor, compreensão e felicidade, assegurando-se, assim, o seu crescimento e bem-estar, para o pleno e harmonioso desenvolvimento da sua personalidade. Neste sentido, assume-se verdadeiramente importante a interação da(s) criança(s) com a família.

Ritmo das famílias contemporâneas e ausência familiar

Com o avanço das sociedades e o ritmo rigoroso que se exige às suas cidadãs e cidadãos a nível profissional, muitas vezes, a vida pessoal é colocada em segundo plano. Gomes-Pedro (2004, p.33) corrobora esta afirmação ao referir-se à “(...) alienação dum quotidiano de *stress*, ou seja, [a]o frenesim dos cidadãos do mundo dito civilizado, numa lei do vale tudo, devotados à procura de poder e de dinheiro, de modo a garantir a ilusão desse poder”.

O modelo de parentalidade atual advém de mudanças sociais que ocorreram nos Estados Unidos da América no século XX. Ao longo da história da Humanidade assistiu-se a mudanças no paradigma das famílias. Se antes existiam famílias numerosas, onde as mulheres eram responsáveis por cuidar da casa,

dos(as) filhos(as) e dos cônjuges e os homens estavam mais predestinados à sobrevivência económica da família, atualmente, as famílias ficaram mais pequenas, dispersas e os(as) filhos(as) começaram a surgir mais tarde (Gomes-Pedro, 2004; Gopnik, 2017). A comprovar este facto, os últimos dados estatísticos apontam para um aumento da idade média da mãe, aquando do nascimento da(o) primeira(o) filha(o). Em 1960 a idade média da progenitora era de 25 anos, enquanto que em 2018 era de 30,4 anos (Pordata, 2019). Este acentuado aumento deve-se à emancipação da mulher no mercado de trabalho, à procura de mais formação académica, à procura pela estabilidade financeira, entre outros aspetos (Craig & Mullan, 2010; Jacobs & Gerson, 2005).

Todavia, neste momento, as famílias estão mais ausentes, devido às suas prioridades: mães e pais que ficam a trabalhar até muito tarde na sua atividade profissional e, por consequência, as crianças ficam muitas horas em contextos de educação formal e não formal (Nídio, 2012). Este facto parece justificativo das solicitações de “Complemento de Horário em Creche”, no ano letivo de 2017/2018, para as quais a principal razão apontada foi “necessidades de horários alargados ou horário de funcionamento ‘distinto’ de modo a que a creche assegure um horário ajustado às necessidades parentais” (República Portuguesa, 2018, p. 1). Para além disso, a Carta Social (2017) mostra que, não só existiu um aumento no que diz respeito à procura de respostas deste tipo para a primeira infância, como, também, houve um incremento dos horários de funcionamento destas instituições em prol de “uma melhor gestão dos compromissos profissionais e familiares, numa lógica de promoção da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional” (Carta Social, 2017, p.30).

As famílias com crianças deveriam refletir acerca destes factos, pois priorizam a sua estabilidade profissional e financeira, acabando, muitas vezes, por esquecer a estabilidade familiar.

De acordo com Borges (2010) as crianças estão, em média, mais do que 8h em instituições de cariz educacional. O tempo que as crianças de hoje passam nessas instituições, bem como a ausência da estabilidade familiar, pode provocar instabilidade emocional. A cri-

ança, sendo um ser individual, também o é social, fator que influencia o seu processo de construção de identidade. A sua forma de ser, de estar, de pensar e de agir vai surgir consoante o meio onde vai crescendo e se desenvolvendo. Todo este processo deverá começar na família, onde a criança “(...) encontra proteção, segurança, orientação para a vida, integração social, [e] é [também] na família que a criança adquire os seus traços mais característicos, afastando-se do domínio do determinismo biológico e adquirindo as marcas culturais que caracterizam a humanidade” (Pires, 2014, p.3). Deste modo, concordando com Gopnik (2017) e Papalia e Feldman, (2013), pode reconhecer-se que as relações sociais mais importantes para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial da(s) criança(s) são as que existem entre esta(s) e quem dela(s) cuida. Esta relação afetiva deverá ser “alimentada”, para que continue a ser saudável, transmitindo o sentimento de pertença, proteção e segurança à(s) criança(s). Só o tempo de qualidade, os momentos passados com a(s) criança(s), é que irão fortalecer esses vínculos afetivos, essenciais ao desenvolvimento holístico da(s) mesma(s) (Papalia & Feldman, 2013)

A recompensa vs tempo de qualidade em família

Numa atual geração de *stress* e de ambição financeira e social, surge a necessidade de prevenir as famílias para o facto da perda de qualidade, que parece estar a acontecer, no que diz respeito ao tempo que as crianças passam no seu seio familiar (Cordeiro, 2019). Deve recordar-se que o período da infância apenas surge uma vez na vida do ser humano e, como tal, as famílias só terão oportunidade de acompanhar este processo, também uma única vez, por cada criança do seu meio familiar.

As relações interpessoais e, particularmente, as relações familiares, exigem tempo, dedicação e presença. Tal como refere L’Ecuyer (2017), uma relação interpessoal constrói-se, quando existe um processo de escuta, de interpretação de olhares, expressões, reações e emoções. Montgomery (2019, p.26) assevera que a(s) criança(s) “depende[m] completamente de uma boa relação com os que lhe são mais próximos, de uma sensação de pertença. De uma *ligação*. As crianças crescem quando estão com os pais – e vice-versa”. No entanto,

devido a condicionalismos familiares, muitas vezes, estas questões quase não são tidas em consideração. Por essa razão, e concordando-se com Strecht (2019), para que as famílias se consciencializem de que se está a assistir a um grande decréscimo no tempo de qualidade com a criança, é necessário parar e refletir.

Quando, finalmente, conscientes deste lapso, as mães e os pais tentam encontrar estratégias para que possam recuperar o tempo perdido. Perante o diagnóstico apresentado e agindo segundo um efeito sobressaído de um sentimento de culpa, eis que surgem as contraindicações, a oferta de bens materiais (Piangers, 2017). Sendo a família um agente de socialização torna-se crucial refletir que os seus comportamentos, atitudes e ações perante a(s) criança(s) irão influenciar o seu processo de desenvolvimento (Papalia & Feldman, 2013). O facto de existir a oferta de bens materiais, com alguma frequência, pode conduzir a um padrão consumista e/ou materialista. Estes bens materiais são um bem adquirido, ou seja, são o resultado, sem ter passado pelo processo. Nos dias de hoje existe, no mercado, uma grande oferta de bens materiais que levam, muitas vezes, ao excesso de consumismo por parte das famílias. Recuando um pouco no tempo, as famílias de há alguns anos procuravam comprar bens materiais de forma, essencialmente, a recompensar um bom comportamento/ação ou um bom desempenho na vida escolar da(s) criança(s) (Parsons & Ballantine, 2008). Atualmente, as razões pela compra podem continuar a ser as mesmas, mas poderá existir uma nova razão: a ausência familiar¹.

Metodologia

Partindo de premissas identificadas no quadro-concetual anteriormente descrito, este estudo teve como principais pressupostos averiguar se as famílias

têm consciência do tempo que passam, verdadeiramente, com as crianças, bem como verificar, caso exista ausência familiar, se as famílias compensam os seus filhos com bens materiais. Deste modo, foi intento deste estudo dar resposta às seguintes questões de investigação: (i) as famílias atuais têm consciência do tempo que passam, efetivamente, com a(s) criança(s)?; e (ii) será a ausência familiar recompensada através de bens materiais?

Face às questões delineadas, foram pensados e definidos os seguintes objetivos: (i) perceber se as famílias de hoje têm consciência da ausência familiar perante a(s) criança(s); e (ii) compreender se existe, ou não, recompensa devido a essa ausência da família e de que forma esta é realizada (bens materiais, etc.).

Os pressupostos principais deste estudo identificam-se, predominantemente, com as características de uma metodologia de carácter qualitativo, centrada no paradigma descritivo e interpretativo, uma vez que se teve como principal propósito a compreensão de um fenómeno social (Gibbs, 2012), numa abordagem indutiva e holística (Almeida & Freire, 2008). Todavia, de modo a promover uma melhor clarificação e interpretação dos dados apresentados, houve necessidade de recorrer a métodos quantitativos diferenciados.

Para responder às questões de investigação propostas, utilizou-se, como instrumento de recolha de dados, o inquérito por questionário, que teve por base vinte e seis questões, tendo sete um cariz aberto e dezanove um cariz fechado. De referir, que a maioria das questões de cariz fechado, incluía respostas de escolha múltipla, e continha sempre a opção “outro”, onde era permitido ao(à) inquirido(a) dar uma resposta diferente das que foram apresentadas no enunciado do questionário. Com as primeiras treze questões pretendeu-se averiguar alguns dados pessoais e profissionais dos inquiridos, tais como: idade; estado civil; habilitações académicas; situação profissional atual; regime de trabalho; número de horas de trabalho semanais; rendimentos mensais; grau de parentesco com a criança que frequenta a instituição; constituição do agregado familiar; idade da(s) criança(s) que pertence(m) ao agregado familiar; entre outras. As restantes questões, onde estavam incluídas três questões de perceção aos(às) inquiridos(as) reportavam-se ao

¹ Até à data da redação deste artigo não foi encontrado qualquer estudo ou artigo científico, nacional ou internacional, que fundamente estas afirmações. Contudo, são vários os especialistas da área da psicologia que têm vindo a abordar esta questão, salientando-se, por exemplo, a psicóloga Sílvia Pereira. Esta tem alertado as famílias para questões relacionadas com a compensação através de bens materiais face à ausência familiar, isto é, ao tempo de qualidade passado com as crianças. (Veja-se, por exemplo, <https://www.simplyflow.pt/a-falta-de-tempo-compenso-o-meu-filho-com-prendas-certo/>).

tópico “a família e a criança” e incluíam perguntas relacionadas com: o tempo que o(a) encarregado(a) de educação passa com a criança, por semana, na realização de atividades; a forma como é ocupado esse tempo; a opinião dos(as) inquiridos(as) em relação à temática “ausência familiar” e a sua possível recompensa; a forma como essa recompensa é realizada; e, entre outros aspetos, com os bens materiais que oferecem à(s) criança(s) do seu agregado familiar. Nas questões de cariz aberto recorreu-se à técnica de análise de conteúdo, uma vez que facilita a análise dos dados pela sua dimensão interpretativa e descritiva (Bardin, 2009; Guerra, 2010). No que diz respeito às questões de cariz fechado, estas foram alvo de uma análise de base quantitativa. Optou-se por este instrumento de recolha de dados, uma vez que se pretendeu recolher informações diretamente dos sujeitos inquiridos, de modo à consecução de uma análise mais holística (Ghiglione & Matalon, 1992; Sousa, 2005).

Inicialmente, este instrumento foi aplicado a um grupo de doze pessoas, com o intuito de perceber se o mesmo se encontrava bem estruturado, servindo como pré-teste. Posteriormente, este inquérito por questionário foi entregue a quarenta famílias de crianças que frequentavam uma Instituição Particular de Solidariedade Social de uma cidade do sul de Portugal. No retorno foram respondidos e entregues para análise dezoito inquéritos por questionário, sendo este o número de encarregados(as) de educação que participaram neste estudo. De referir, ainda, que se teve em consideração questões de ordem ética, explicitando aos(as) participantes deste estudo, quais os pressupostos a ele inerentes, tendo-se, também, informado que os inquéritos por questionário seriam analisados, mantendo-se o anonimato dos(as) intervenientes.

Resultados

Os resultados obtidos neste estudo inserem-se no quadro de uma investigação mais ampla. Assim, discutem-se, de seguida, os resultados que se julgam serem os mais relevantes para responder às duas questões de investigação formuladas inicialmente.

Os(as) encarregados(as) de educação que responderam a este inquérito por questionário tinham um intervalo de idades situado entre os 26 e os 50 anos, sendo que 10 assumiram o grau de parentesco “mãe”, 7 de “pai” e houve 1 encarregado(a) de educação que não respondeu a esta questão. Quanto à situação profissional, o mesmo instrumento de recolha de dados permitiu perceber que 16 inquiridos(as) estavam empregados(as) e 2 estavam em situação de desemprego. Foi possível, ainda, perceber que nenhum(a) dos(as) inquiridos(as) era estudante, podendo-se assim inferir, que a maioria se encontrava numa situação profissional estável. Tendo em conta que um dos objetivos do estudo era perceber a possível existência de ausência familiar, foi essencial saber o tempo que os(as) participantes passavam no seu local de trabalho, por semana. Com a análise destes dados constatou-se que a maior parte, correspondente a 9 pessoas, trabalhava em regime *full-time*, ou seja, trabalhavam durante um total de 40 horas por semana; 4 pessoas trabalhavam 35 horas; 1 trabalhava 30 horas; 1 trabalhava 20 horas e, tal como referido anteriormente, 2 pessoas encontravam-se desempregadas, à data da aplicação deste inquérito por questionário. Para além disso, identificou-se que 15 inquiridos(as) trabalhavam em regime diurno e apenas 1 trabalhava em regime noturno.

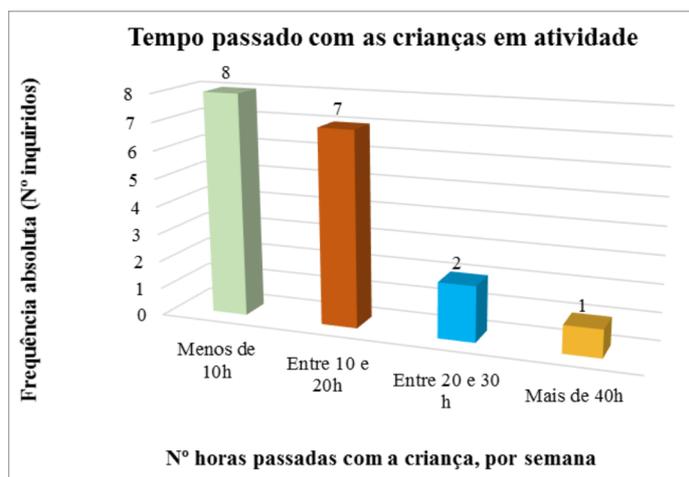


Figura 1—Tempo passado com as crianças em atividade, por semana.

Na figura 1 encontra-se explanado o número de horas que os(as) inquiridos(as) passam com a(s) criança(s) do seu agregado familiar, por semana.

Através desta figura pode perceber-se que a maioria

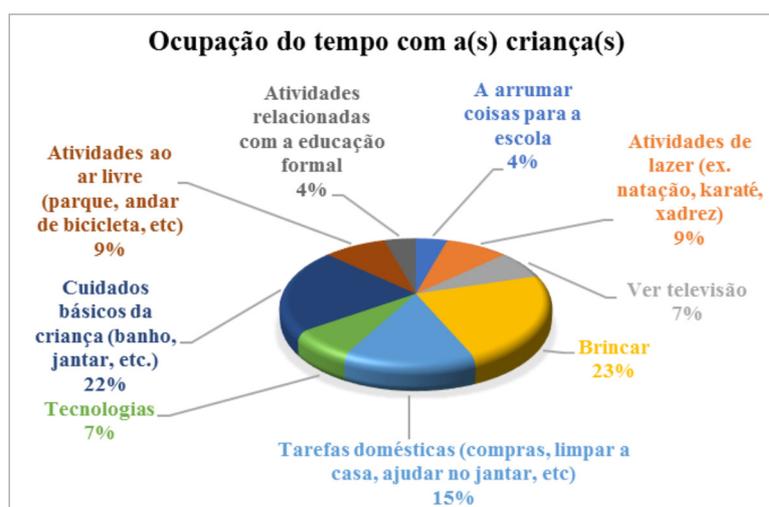


Figura 2—Ocupação do tempo pelas crianças após saírem dos espaços educativos formais e não formais.

dos(as) inquiridos passa, somente, entre 10h e 20h, ou menos de 10h (7 e 8 inquiridos(as), respetivamente), por semana, com a(s) sua(s) criança(s). De referir que, nesta questão, não estavam incluídas as horas em que a(s) criança(s) está(ão) a dormir, pois o intuito era perceber se as famílias tinham noção do tempo que passavam, ativamente, com a(s) criança(s). Apenas 1 encarregado(a) de educação referiu que costuma passar mais de 40h por semana com a(s) criança(s) do seu agregado familiar. Confrontando estes resultados com os obtidos na questão relacionada com a situação profissional atual do(s) inquiridos, consegue-se perceber que este(a) encarregado(a) de educação que mais tempo passa com as crianças em atividades é, na realidade, o(a) que se encontra desempregado(a). Os dados apresentados na figura 1 parecem transparecer que, presentemente, as crianças tendem a passar menos tempo em casa com as suas famílias e, consequentemente, mais tempo em instituições educativas formais e não formais.

A figura 2 pretende representar a forma como as crianças ocupam o seu tempo, após saírem espaços educativos formais e não formais.

Através da figura 2 foi notório que as opções “brincar” e “cuidados básicos” foram as mais selecionadas. Relacionando estes resultados com o número

de horas que cada inquirido(a) passa com a(s) criança(s), constatou-se que os inquiridos(as) que mais selecionaram estas hipóteses foram os que afirmaram estar com a(s) criança(s) “menos de 10h”, ou “entre 10h e 20h”. Para além desta evidência foi possível verificar que a atividade “ver televisão”, também, se destacou pela afluência de inquiridos(as) que a selecionou. De realçar que os(as) inquiridos(as) podiam selecionar mais do que uma opção como resposta válida. Logo, os dados apresentados no gráfico não podem ser entendidos como valores absolutos, mas sim como tendências ocupacionais.

Outro dos objetivos do presente estudo foi perceber se as famílias estariam cientes da sua ausência para com a(s) criança(s). Todos(as) os(as) encarregados (as) de educação responderam que estavam conscientes de que se têm vindo a deparar com uma maior ausência familiar. A par desta evidência, tentou-se perceber quais foram as razões apontadas pelos(as) inquiridos (as) para esta ausência, verificando-se que estes apontaram o “ritmo de vida” e os “horários de trabalho e de deslocação” casa trabalho e vice-versa, como as principais razões para este facto (figura 3).

Numa fase final do inquérito por questionário surgiu uma questão, através da qual se tentou compreender se perante a ausência das famílias para com a(s) criança(s) poderia, ou não, existir uma forma de as recom-



Figura 3 - Razões apontadas para a ausência das famílias.

pensar. Nesta interrogação foi possível perceber que a maioria dos(as) inquiridos(as) selecionou a opção “não”. Porém, 5 participantes elegeram a resposta “sim” e 2 participantes optaram pela hipótese “talvez”. Posteriormente, numa tentativa de confirmação da questão anterior, foi questionado, de forma dirigida, se os bens materiais poderiam ser um dos modos de recompensa face a essa lacuna no tempo de qualidade. A esta pergunta, 14 inquiridos(as) responderam “sim” e 4 selecionaram a opção “não”. Analisando as respostas a estas duas questões, entende-se que ao fazer uma pergunta mais direta, os(as) participantes não assumem a existência de uma compensação à criança pela ausência familiar. Contudo, admitem, na sua maioria, contradizendo a resposta anterior, que os bens materiais poderiam ser uma opção plausível para recompensar a(s) criança(s).

Hodiernamente, os rendimentos mensais da maior parte das famílias portuguesas não são auspiciosos, o que leva a população a considerar e a repensar os seus gastos. Atendendo a esta situação, as respostas dadas a uma das questões do inquérito por questionário - referente à seleção de bens materiais - centrou-se, essencialmente, na questão do valor monetário destes bens.

Nesta linha de pensamento, tornou-se pertinente relacionar a escolha dos bens materiais, como forma de recompensa, com os rendimentos mensais dos(as) inquiridos(as). Os rendimentos mensais da amostra populacional em estudo estavam entre os rendimentos “insuficientes” e os rendimentos “bons”, não havendo, por isso, nenhum(a) inquirido(a) que tenha classificado os seus rendimentos como “muito bons”. Coadunando os dados foi possível verificar que das quatro opções apresentadas no inquérito por questionário, as opções “brinquedos” e “jogos didáticos” (figura 4) foram as mais selecionadas pelos(as) participantes, que consideraram os seus rendimentos como “insuficiente” e/ou “suficiente”. De seguida, surgiu a categoria “livros” com, também, grande afluência. Inesperadamente, as famílias que consideraram os seus rendimentos como “bons” selecionaram a opção “brinquedos”. Uma evidência positiva encontrada nesta análise foi o facto de existirem poucas famílias a recorrerem aos “doces” para tentarem recompensar a(s) criança(s).

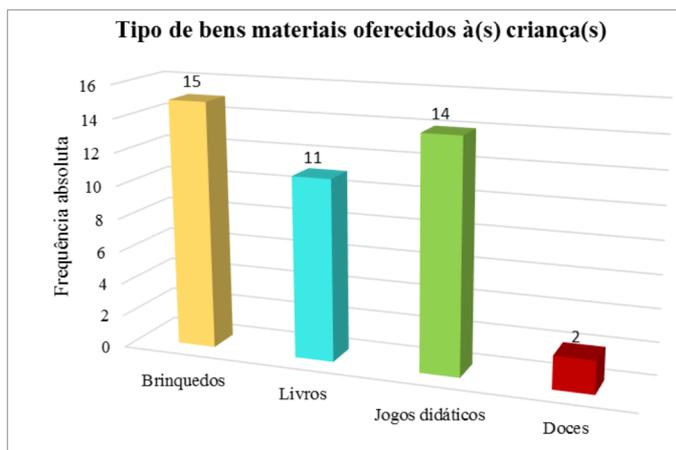


Figura 4— Tipos de bens materiais oferecidos à criança.

Discussão de Resultados e Conclusão

Os resultados obtidos através da realização do presente estudo, de cariz ainda exploratório, mostraram que o tempo passado entre as famílias inquiridas e a(s) criança(s) de que delas fazem parte, é de dez horas por semana. Entenda-se, mais uma vez, que não está a ser aqui considerado o tempo em que a(s) criança(s) dorme(m). Numa constatação mais alarmante e aproximada do que Borges (2010) assevera, ao dividir-se esse período pelos sete dias da semana, conclui-se que o tempo que a(s) família(s) passa(m) com a(s) criança(s), por dia, é cerca de uma hora e meia. Este período afigura-se alarmante, uma vez que os noventa minutos diários com a criança não parecem ser suficientes para que a relação intergeracional seja tão estável quanto esperada, pondo em causa o que Avvisati et al. (2010) e Ramey e Ramey (2010) defendem.

Todavia, este tempo, em conjunto e fora do contexto educativo, pareceu ser ocupado por atividades mais solitárias, como o brincar e/ou o ato de ver televisão. Desta forma, afigurou-se que, para além do tempo passado com a(s) criança(s) ser reduzido, o tempo que esta está em casa com a família é ocupado com atividades de cariz mais solitário, em que a intervenção e a participação da família é diminuta. Esta evidência compromete as relações interpessoais entre a criança e quem delas *educuida*, tal como defende L’ecuyer (2017) ao afirmar que estas relações não podem ser construídas quando a(s) criança(s) se encontra(m), por exemplo, em atividades solitárias, como a jogar

num *tablet*, ou a ver televisão, pois exigem tempo, dedicação e presença.

Sendo esta a presente realidade, a família, entendida por Nogueira (2017) como órgão social crucial para o desenvolvimento da(s) criança(s) e, sendo constituída por laços afetivos, mostrou ter dificuldade em admitir a falta do tempo de qualidade que partilha com a(s) criança(s), acreditando, contudo na existência de *ausência familiar*. Os(as) participantes admitiram, ainda, que os bens materiais poderiam ser uma forma de recompensar a(s) criança(s). Contudo, e corroborando o referenciado por Piangers (2017), não existe forma de recompensar a falta de presença familiar para com a(s) criança(s). Visto que a criança é um ser em construção, os valores, comportamentos e atitudes, subjacentes à sua infância, poderão influenciar a sua forma de ser e de estar no futuro (Daelmans et al, 2016).

Uma vez que a família está inserida num meio social, a que se dá o nome de sociedade, esta encontra-se, atualmente, enraizada numa cultura materialista. Por este motivo, os bens materiais tornaram-se mais acessíveis e serão a forma mais fácil das famílias cativarem a criança. Esta constatação acaba por vir ao encontro do que refere Cordeiro (2019) ao assumir que as relações interpessoais, aquelas que não se conseguem comprar com o melhor brinquedo, não estão a ser valorizadas, pois há falta de tempo e um ritmo frenético diário. O mesmo autor assevera ainda que, por consequência, há famílias *stressadas* e fascinadas pelo auge da sua carreira profissional, atribuindo um maior valor à posse monetária. A par das evidências que aqui foram relatadas, com base nas respostas dos (as) encarregados(as) de educação participantes neste estudo, a criança como ser humano consciente e que interpreta a realidade envolvente poderá, de igual forma, sentir essa falta de tempo partilhado com aqueles (as) que lhe são mais próximos(as).

Tal como consta na Declaração Universal dos Direitos da(s) criança(s) (ONU, 1959), a criança, como ser em construção, necessita de um ambiente seguro, harmonioso, onde as relações afetivas sejam privilegiadas. Embora a ausência familiar não seja uma opção consciente por parte das famílias, mas sim pelo que a sociedade atual exige, estas acabam por praticá-la. No entanto, e concordando com Strecht (2019), se as famí-

lias repensarem as suas atitudes, valorizando os afetos, irão encontrar estratégias para que esse tempo reduzido se torne tempo de qualidade. E, em jeito de conclusão:

corremos daqui para ali, conjugamos sem cessar (...) os verbos fazer, andar, correr, atuar, empreender, trabalhar... Visamos também os verbos ter, comprar, adquirir e possuir, mas... onde estão o ser e o estar, verbos endorffnicos de paz e de calma? Onde está, afinal, o bem mais precioso e escasso, aquele que não tem preço (...): o tempo?

(Cordeiro, 2019, p.16)

Limitações do estudo e Perspetivas futuras

Um dos principais constrangimentos, sentido aquando da aplicação deste estudo, foi a construção do quadro teórico-concetual, que se revelou exigente, principalmente no que concerne à procura de literatura fidedigna referente à temática “recompensar a criança pela ausência familiar”. Outras limitações experienciadas, prendem-se com o facto de o número de participantes ser pequeno, bem como o período de tempo para a recolha de dados ser escasso (apenas um mês). Este último constrangimento, se ultrapassado, permitiria que algumas questões fossem repensadas e que surgissem novas, que poderiam confirmar, de um modo mais rigoroso, as respostas obtidas neste estudo. Os resultados encontrados neste estudo, não poderão ser generalizáveis. Contudo, e de acordo com Patton (2002), estes poderão ser passíveis de serem extrapolados a contextos educacionais semelhantes. Perspetiva-se, futuramente, alargar este estudo a outras instituições da região sul, com a realização de duas investigações paralelas, de modo a se tentar contrastar diferentes realidades (por exemplo, em meio rural e em meio urbano). Reconhece-se, ainda que, idealmente, seria essencial tentar alargar-se o estudo a diferentes zonas do país (continente e ilhas).

NOTA:

Este estudo foi o culminar de um trabalho de investigação académico, de cariz exploratório, que foi desenvolvido na Unidade Curricular de Problemas do Mundo Contemporâneo, no decorrer do 1º semestre do ano letivo 2018/2019, por um grupo de alunas do 2º ano do Mestrado em Educação Pré-Escolar da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Referências

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paidéia*, 17(36), 89-102. Acedido através de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a09.pdf>
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (5ª ed.). Braga: Psiquilíbrios edições.
- Avvisati, F., Besbas, B., & Guyon, N. (2010). Parental involvement in school: A literature review. *Revue D'e'conomie Politique*, 120(5), 1–23. doi: 10.3917/redp.205.0759
- Baptista da Silva, A. B. (2018). *Ser bebé na creche: Viagem maravilhosa para autoconfiança* (2ª ed.). Porto: Mar e Brito Publicações.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (5ª ed.). Lisboa: Edições 70, Lda.
- Borges, I. (2010). *Qualidade da parentalidade e bem-estar da criança* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra). Acedido através de https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15564/1/ana.pdf?fbclid=IwAR3MGgDAK_umRlafqx8Oc9Px6APeosDUg407U862SoJffEMGWWwnmDX4iNw
- Carta Social (2017). *Carta social: Rede de serviços e equipamentos*. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Acedido através de <http://www.cartasocial.pt/pdf/csocal2017.pdf>
- Cordeiro, M. (2019). *Pais apressados, filhos stressados*. Porto Salvo: Editora Desassossego.
- Craig, L., & Mullan, K. (2010). Parenthood, Gender and Work-Family Time in the United States, Australia, Italy, France, and Denmark. *Journal of Marriage and Family*, 72, 1344 – 1361. doi: 10.1111/j.1741-3737.2010.00769.x
- Daelmans, B., Darmstadt, G., Lombardi, J., Black, M., Britto, P., Lye, ... Richter, L. (2016) Early childhood development: The foundation of sustainable development. *The Lancet*, 389(10064), 9-11.
- Jacobs, J. A., & Gerson, K. (2005). *The time divide: Work, family, and gender inequality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gibbs, G. (2012). *El análisis de datos cualitativos en investigación cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata, S. L.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1995). *O Inquérito – teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Gimeno, A. (2003). *A Família: o desafio da diversidade*. Instituto Piaget, Lisboa.
- Giorgi, P. D. (1980). *A criança e as suas instituições: A família - A escola*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gomes-Pedro, J. (2004). O que é ser criança? Da genética ao comportamento. *Análise Psicológica*, 1(22), 33-42. doi: 10.14417/ap.127
- Gopnik, A. (2017). O jardineiro e o carpinteiro. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Guerra, I. (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Parede: Príncipia Editora.
- L'Ecuyer, C. (2017). *Educar na realidade*. Lisboa: Planeta Manuscrito.
- Lopes da Silva, I. (Coord.), Marques, L. Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.
- Montgomery, H. (2019). *A magia da parentalidade*. Lisboa: Editorial Presença.

- Nídio, A. (2012). O tempo das crianças e as crianças deste tempo. IN I. Araújo, & E. Duque (Eds.), *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo: Um debate para as ciências sociais e humanas* (pp. 203-224). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Acedido através de: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1574/1478
- Nogueira, P. (2017). *A vivência da parentalidade em famílias nucleares e monoparentais beneficiárias de Rendimento Social de Inserção (RSI)* (Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense, Portugal). Acedido através de <http://hdl.handle.net/11328/1876>
- Organização das Nações Unidas (1959). Declaração universal dos direitos das crianças. Acedido através de <https://www.unicef.org/sites/default/files/2019-04/UN-Convention-Rights-Child-text.pdf>
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano* (12ª ed.). Portalegre, Brasil: Artmed Editora.
- Parsons, A. G., & Ballantine, P. W. (2008). The gifts we buy for children. *Young Consumers*, 9(4), 308-315. Doi: 10.1108/17473610810920515.
- Patton. M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Piangers, M. (2017). *O pai é TOP*. Lisboa: Editorial Planeta.
- Pires, A. (2014). Uma visão sociológica sobre a família. *Leia S.F.F.*, 39, 3. Acedido através de <http://escolas.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=mLZEi9-uuJE%3D&tabid=15006&mid=44317>
- Pordata (2019). *Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho*. Acedido através de <https://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%C3%A9dia+da+m%C3%A3e+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805>
- Ramey, G., & Ramey, V. A. (2010). The rug rat race. *Brookings Papers on Economic Activity*, 41(1), 129-176. doi:10.1353/eca.2010.0003.
- República Portuguesa (2018). *Esclarecimento sobre apoio Complemento de Horário em Creche*. Acedido através de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=196672a6-664a-4310-a8d4-0c3a2fcb596e>
- Sousa, A. B. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Strecht, P. (2019). *Pais sem pressa. O tempo na relação entre pais e filhos*. Lisboa: Contraponto Editores.